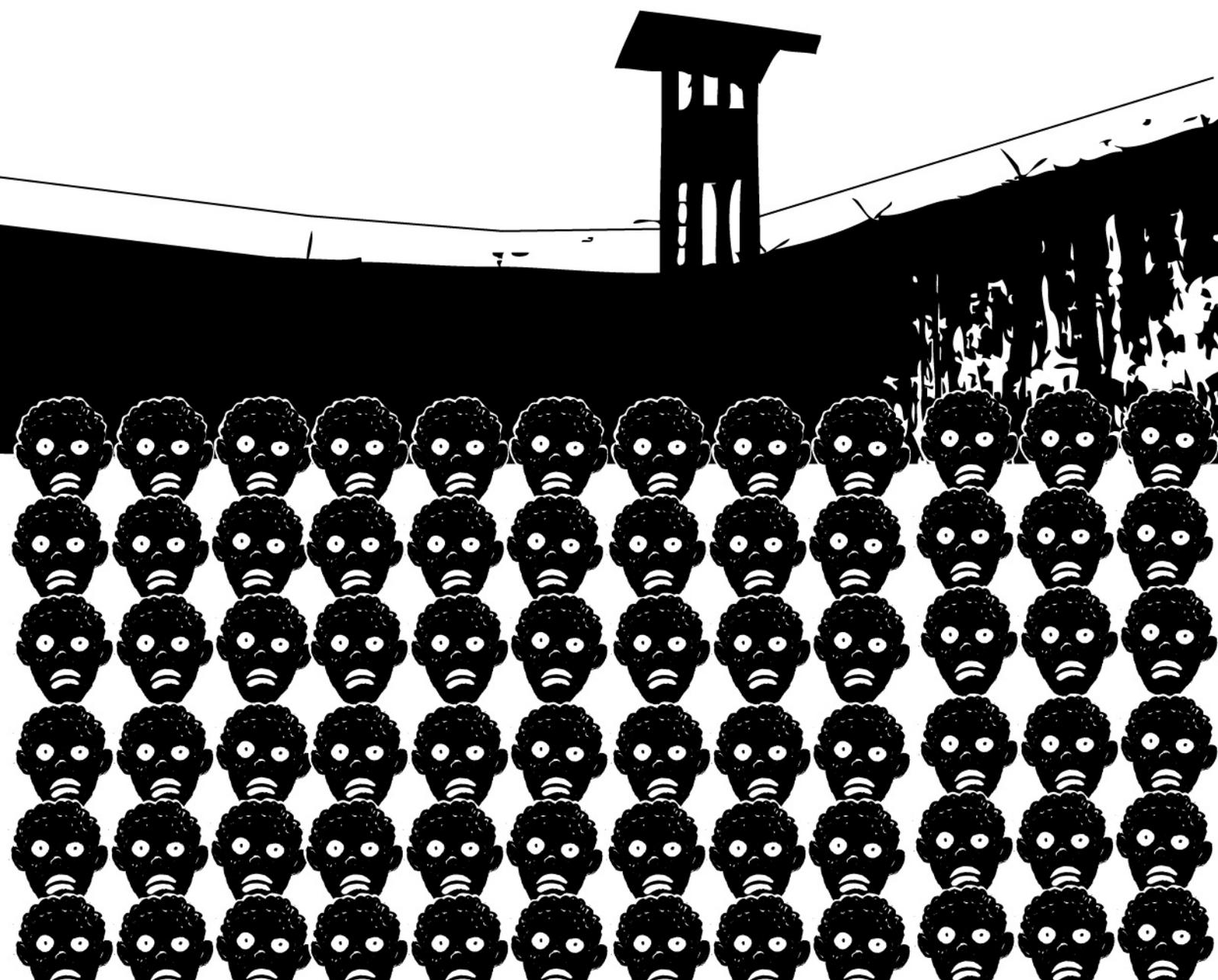


Narrativas brancas, mortes negras

Análise da cobertura da Folha de S. Paulo sobre os
massacres nos presídios em Manaus, Boa Vista e Natal
- Janeiro 2017



■ Agradecimento

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), o Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP), a Ponte Jornalismo, em parceria do Alma Preta, gostariam de agradecer àquelas e àquele que colaboraram para o desenvolvimento dessa pesquisa.

No primeiro semestre, entre os dias 27 e 29 de Junho, a Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) organizou o seminário “As Múltiplas Faces da Política de Drogas em SP”. Durante a programação do evento, os integrantes da INNPD apresentaram ao público os dados da pesquisa para uma avaliação coletiva com aquelas e aqueles presentes na atividade.

A conversa ocorreu no dia 29 de Junho, quinta-feira, das 14h30 às 17h, na Aparelha Luzia, Rua Apa, 78.

Entre as participantes, agradecemos àquelas que anotaram o nome e aqui constam na lista de agradecimento.

- . Michelle Cristina
- . Luciana Reis
- . Nina Cappello Marcondes
- . Surrailly Youssef
- . Catharina Maia
- . Vinicius Martins de Almeida

Expediente

■ Texto e pesquisa:

- . Pedro Borges
- . Dennis Oliveira
- . Nathalia Oliveira

■ Revisão:

- . Olavo Barros
- . Maria Elisa Muntaner

■ Capa, infográficos e projeto gráfico:

Antonio Junião

■ Realização:

- . Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)
- . Ponte Jornalismo
- . Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (celacc-USP)

■ Apoio:

Alma Preta



■ Índice

■ Prefácio	5
■ Inrodução	8
■ Metodologia	12
■ Exemplo de análise	19
■ Análise	23
■ Causas e conseqüências	35
■ Apontamentos e considerações finais	39
■ Bibliografia	41

■ Prefácio

A construção do consenso do punitivismo

O pensador estadunidense Walter Lippmann escreveu em 1922 a obra clássica “Public Opinion”. Nela, Lippmann defende a ideia que os cidadãos médios necessitam de atalhos cognitivos para compreender a realidade vivida e é com base na “percepção desta realidade” que eles atuam – tomam decisões, defendem posições, definem suas atitudes e preferências. A estas percepções de realidade, Lippmann chama de “pseudoambiente”. E ele já dizia, nesta mesma obra, que “notícias e verdade são coisas distintas”, pois, o noticiário jornalístico é como um holofote que ilumina determinadas coisas e deixa outras no escuro. Mais tarde, no final dos anos 1980, outro pensador estadunidense, Noam Chomsky, aperfeiçoava a idéia de Lippmann e afirmava que o jornalismo é uma máquina de propaganda que reconstrói a realidade a partir de filtros que atuam no processamento da matéria prima fato para transformá-la na mercadoria notícia, criando o que ele chama de uma fábrica de consensos.

No início de 2017, a população brasileira foi bombardeada com noticiários sobre as rebeliões em presídios nos estados de Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte, estados comumente esquecidos pelos meios de comunicação hegemônicos sediados nas regiões Sul/Sudeste. Mas a tragédia rompeu o cerco do silêncio. Principalmente levando-se em conta que era mês de férias de verão e, pelo menos a capital de um daqueles estados – Natal, no Rio Grande do Norte – é um destino turístico que consta nos catálogos das agências de viagens. E, além de serem estados pouco presentes no noticiário dos meios hegemônicos, os personagens centrais destes episódios também não são muito comuns na esfera midiática: jovens negros, pobres, detentos, familiares destes jovens – a não ser no noticiário sensacionalista daqueles produtos midiáticos que se convencionou chamar de “popularescos”.

Diante disto, um grupo de pesquisadoras (es) e ativistas negras (os) resolveu topar uma empreitada: pesquisar como esta mídia hegemônica reconstruiu, nas suas narrativas, estes episódios e seus personagens. Tive a honra de orientar este trabalho de pesquisa feito totalmente de forma voluntária, por fora das estruturas institucionais acadêmicas. Nenhum deles era estudante de graduação ou pós-graduação, todos eram profissionais formados e que tinham seus compromissos de trabalho e que, por isto, fizeram esta pesquisa nas horas vagas.

Diante das condições estruturais da pesquisa, resolvemos restringir a análise ao online e, mais especificamente, à “Folha de S. Paulo” um dos maiores veículos de comunicação do país e que, segundo os nossos estudos, compõe o que denominamos de “trio central que agenda a opinião pública” – Folha, Veja e Globo. E como procedimentos metodológicos de observação, utilizamos a técnica de análise de conteúdo quantitativa.

Os resultados são nítidos: o pseudoambiente construído pela cobertura do jornal destes acontecimentos fortalece determinados estigmas, consolida hierarquizações sociais e raciais e sinaliza para entendimentos de que o problema da violência no país decorre de uma insuficiência dos mecanismos de punição. E isto não é produto necessariamente de uma intencionalidade explícita dos jornalistas que cobrem estes assuntos. Decorrem de uma série de procedimentos intrínsecos à produção jornalística, como escolha das fontes, seleção dos articulistas, angulação de determinados assuntos, manchetes, hierarquização dos acontecimentos, entre outros. A construção do consenso de que fala Chomsky não

é produto de uma “conspiração”, mas resultado de uma estrutura em que mecanismos de seleção e hierarquização realizados na cadeia produtiva do jornalismo vão se sobrepondo até chegar a este produto final. Em outras palavras, o consenso é fabricado em uma linha de montagem, na qual os produtores (jornalistas) muitas vezes se alienam do produto final (o consenso fabricado).

Por isto, pesquisas como esta são fundamentais para desvendar o que e como está sendo construído o pseudoambiente que é a referência para a formação da opinião pública. Não se trata meramente de uma denúncia, mas de uma reflexão qualificada para todos aqueles que realmente se importam com a construção da democracia no país. Democracia que, como disse o escritor José Saramago, foi sequestrada pelo grande capital. Democracia que ainda não chegou na periferia – agora “premiada” depois do carnaval com a intervenção de tropas militares nos morros do Rio de Janeiro.

Porém, a iniciativa, o trabalho e o resultado do esforço destes jovens pesquisadores e ativistas mostram que existe luz no fim do túnel.

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

*Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP
Membro da Rede Antirracista Quilombação*



- Introdução

O que é a pesquisa?

Entre os dias 1 e 14 de Janeiro, 119 pessoas presas sob a custódia do Estado perderam as vidas nos presídios de Manaus (AM), Boa Vista (RR), e Natal (RN). Segundo as fontes do governo, os conflitos aconteceram por conta de disputas ocorridas entre organizações que controlam parcela do varejo de drogas no Brasil.

Acontecimentos como esse demonstram uma das maiores contradições do Estado Democrático de Direito, a de que, mesmo em instituições de segurança pública, nenhuma vida está segura e, portanto, nenhum direito está garantido.

A numerosa perda de vidas, como era de se esperar, tomou o noticiário brasileiro. Jornais, televisões, rádios, portais, e canais de mídia de todas as plataformas de comunicação fizeram referências aos fatos ocorridos nas regiões Norte e Nordeste do país.

O acontecimento e a cobertura dos veículos de comunicação chamaram a atenção de pesquisadores e ativistas que se debruçam sobre os temas de racismo, segurança pública, política de drogas e mídia.

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD), o Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP) e a Ponte Jornalismo se uniram para avaliar a cobertura jornalística desse acontecimento a partir do olhar de um dos maiores veículos de comunicação do Brasil, a Folha de São Paulo. O estudo também contou com a colaboração do portal Alma Preta.

O método utilizado nessa pesquisa consistiu na categorização e na quantificação das palavras mais e menos utilizadas, e das fontes mais e menos consultadas pelo veículo de mídia.

Sem qualquer possibilidade de se apresentar como neutro ou imparcial, com o resultado, foi possível observar a posição de um dos maiores de veículos de comunicação do país sobre os temas analisados.

Diante dos dados, fica visível a desproporcional representação do Estado entre os entrevistados e as palavras utilizadas, o que foi observado como um atentado à proposta do jornalismo de ser objetivo e ouvir os diferentes atores e as inúmeras atrizes sociais para uma ampla abordagem sobre o tema em questão, no caso, a segurança pública.

A medida vai, inclusive, de encontro com aquilo que propõe o Manual de Redação do jornal, atualizado pela última vez em 1996. Um dos princípios do canal de mídia, expresso no documento, chama atenção nesse caso, o “pluralismo”.

De acordo com o próprio jornal, “Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal”, trecho presente na seção “Projeto Folha”.

Ao privilegiar as fontes oficiais, representadas na figura do Estado e omitir estudiosos e ativistas que têm uma postura diferente da hegemônica, a Folha de S. Paulo decide por silenciar algumas possibilidades de enfrentar o problema do aprisionamento e da violência no país, como as propostas de desencarceramento e o abolicionismo penal.

Outro dado que chamou a atenção dos pesquisadores foi a utilização em apenas uma oportunidade da palavra “negro”.

Em seu manual, o veículo de comunicação também afirma o compromisso em “contextualizar” os fatos, pois “Nenhum leitor tem obrigação de saber todos os detalhes de uma história”, trecho presente na seção “Produção”.

Esses dois princípios, pluralismo e contextualizar, exigem uma cobertura mais ampla, diversa e que dê conta de abarcar o debate racial, determinante para o entendimento do sistema carcerário no país.

Atualmente, no Brasil, mais de 60% dos presos são negros, dados que variam de acordo com as regiões do país. Nos estados onde as mortes ocorreram essa marca é mais expressiva. Em Manaus por exemplo, 71,7% da população presa é negra, em Roraima, 82,2%, e no Rio Grande do Norte, 69,5%. Os dados são do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen 2014).

Ativistas do movimento anti-racista e estudiosos enxergam o perfil dos presídios brasileiros como uma das demonstrações mais cruéis do projeto de genocídio negro e do racismo existente na sociedade brasileira.

Em seu manual de redação, a Folha de S. Paulo apresenta o racismo como um desvio de conduta. “Atitude que deprecia, discrimina ou segrega grupos sociais em virtude de sua condição racial. A Folha condena qualquer forma de racismo”, citação encontrada na parte do “Projeto Folha”.

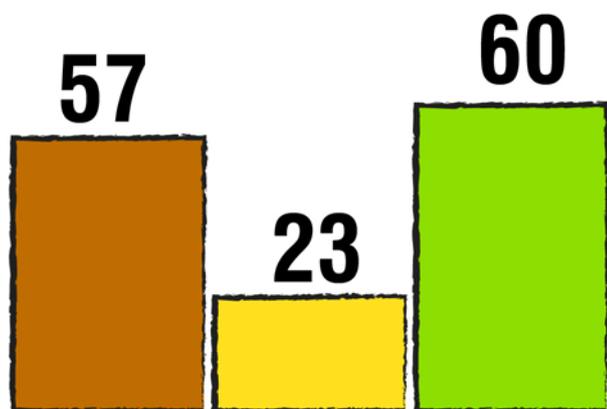
Para pesquisadores como Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, o racismo não pode ser resumido a uma ação individual fora do padrão da normalidade, ou mesmo da construção de um estereótipo. O racismo é a materialização das desigualdades históricas que estruturam a sociedade brasileira.

A pesquisa então se propõe a ruir com o mito de uma suposta neutralidade jornalística, apresentar as contradições entre a ética da profissão, o manual de redação da Folha de S. Paulo, e a prática do veículo de mídia. Vale destacar que a análise dessa cobertura não tem como objetivo avaliar a produção individual dos autores das notícias.

Outra proposta da pesquisa é apresentar a diferença entre preconceito, discriminação racial, racismo, e demonstrar a centralidade do debate sobre raça para a compreensão do problema do encarceramento e das desigualdades existentes no país.

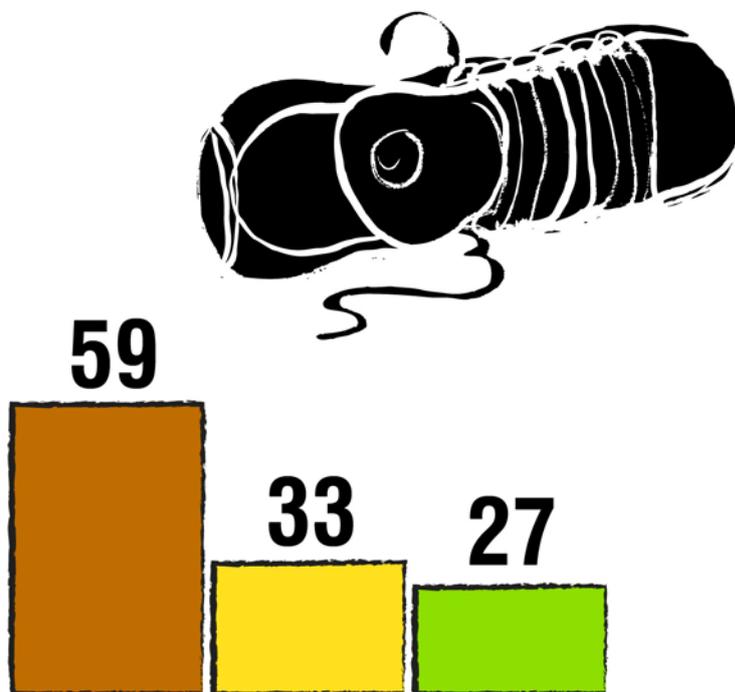


Tratando-se de vidas, **Alcaçuz foi o complexo prisional onde houve o menor número de mortos.** Ainda que um número bastante alto, considerando que, de maneira oficial, 27 vidas foram perdidas, **houve uma cobertura quase três vezes maior de Alcaçuz,** se comparada com o presídio de Roraima, onde morreram 33 pessoas. A cobertura de Alcaçuz foi inclusive maior do que a de Manaus, onde morreram 59 pessoas, mais do que o dobro de pessoas de Alcaçuz.



NÚMERO DE MATÉRIAS

- MANAUS
- RORAIMA
- NATAL



NÚMERO DE MORTOS



- Metodologia

Como foi feita a pesquisa?

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram elaborados pela Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD) e o chefe do departamento de jornalismo da USP, o professor Dennis de Oliveira, com base na metodologia de análise de conteúdo aplicada ao jornalismo digital. O estudo também tem a participação decisiva da Ponte Jornalismo, portal de mídia que faz uma cobertura especializada sobre segurança pública a partir da perspectiva dos direitos humanos.

A proposta da pesquisa surgiu da inquietação de ambos agentes acerca daquilo que ficou conhecido como o “Massacre em Presídios”, maneira a qual a Folha de S. Paulo descreve as rebeliões que ocorreram nas regiões Norte e Nordeste nos primeiros dias do ano de 2017 e contabilizaram 119 mortes.

As imagens de cadáveres, o alto número de pessoas assassinadas, e os relatos de violência chocaram a opinião pública. Compreendendo a importância dos veículos de comunicação, grandes formadores do pensamento da sociedade moderna, decidiu-se por analisar a cobertura da mídia sobre o problema em questão.

O canal escolhido como objeto foi a Folha de S. Paulo, principal jornal impresso do país, e um dos maiores portais de notícia do Brasil.

O veículo de mídia, com grande influência na formação da opinião pública do estado e da cidade de São Paulo, local onde estão sediados os agentes observadores da pesquisa, tem também forte incidência na política nacional. Matéria publicada pelo próprio veículo de mídia em 2016 mostra que, pelo nono ano consecutivo, a Folha de S. Paulo foi o **jornal mais lido** (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1814935-folha-e-jornal-mais-lido-por-deputados-segundo-pesquisa.shtml?loggedpaywall>) entre os deputados federais.

Outra justificativa para a escolha da Folha de S. Paulo se baseia no estudo realizado pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP) acerca da corrida presidencial de 2010, e publicado no livro “Jornalismo e Emancipação uma prática jornalística baseada em Paulo Freire”.

O material mostra como os principais veículos de mídia do país, a Rede Globo, a Revista Veja e a Folha de S. Paulo, têm uma estratégia para pautar a opinião pública. O canal de televisão notícia os temas nos seus boletins diários, programas televisivos de maior audiência no país, a Revista Veja trata o tema na sua edição especial, e a Folha de S. Paulo acompanha o assunto no dia a dia.

Diante desses três canais de mídia, optamos por acompanhar a Folha de S. Paulo e averiguar a sua cobertura diária sobre o tema. Com uma visão apurada daquilo que pensa o jornal, seguindo a lógica descrita pela pesquisa do professor Dennis de Oliveira, teríamos uma visão do posicionamento hegemônico brasileiro acerca do assunto.

Outro dado importante do estudo é a possibilidade de ruir com a concepção de suposta neutralidade do jornalismo. Nesse sentido, o pesquisador Perseu Abramo foi uma fonte importante para a análise do material.

Em sua obra, “Os Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”, Abramo destaca que não existe isenção ou imparcialidade no jornalismo, mas pode haver objetividade nos procedimentos de captação.

A pesquisa pode então colaborar para desconstruir esse mito que paira sobre o jornal, apresentar a posição da Folha de S. Paulo e avaliar do ponto de vista técnico como se deu a cobertura.

A ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Nilma Lino Gomes, foi outra importante fonte para a conclusão da pesquisa. Ao observarmos que a palavra “negro” foi utilizada apenas uma vez durante a cobertura e que a maioria dos encarcerados são afro-brasileiros, decidimos avaliar o material a partir dos estudos desenvolvidos pela pesquisadora acerca das relações raciais no país.

A principal referência metodológica, porém, foi indicada pelo professor do curso de jornalismo da USP, Dennis de Oliveira, quem apontou a cientista social Laurence Bardwin como base da pesquisa. Laurence Bardwin, a autora do livro “Análise de Conteúdo”, descreve em sua obra uma série de técnicas e possibilidades para avaliar o texto de determinado produto.

A proposta de Bardwin que mais chamou a atenção dos pesquisadores foi a análise de um horóscopo, feita a partir da página 76 do livro, e exposta no capítulo que se refere à “Análise de Comunicações de Massa: O Horóscopo de uma Revista”.

A partir da contagem das palavras mais utilizadas, Bardwin apontou ser possível conhecer quais eram os valores defendidos e refutamos pelo jornal, o que poderia colaborar para entender a linha editorial do mesmo.

“Por enumeração temática, é possível levar a cabo, num texto, o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) psicológicas aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve atualizar ou afastar de modo a poder chegar a seus fios. Contam-se, assim, em cada unidade de decodificação (neste caso, a frase), a qualidade ou o defeito presentes”, página 77.

Notou-se que todas as qualidades estavam no campo não do conflito, e sim da conciliação, assim como os predicados estão no campo individual e não coletivo. A análise aponta que a revista Elle, objeto observado no estudo, desenvolvia o ideal de conformismo e a integração social a partir de uma concepção individualista (Bardwin, 2001).

Independentemente dos valores e do tema, Bardwin demonstra a possibilidade de avaliar determinado conteúdo a partir das palavras mais e menos utilizadas. A sua proposta foi crucial para se optar pela análise de conteúdo para avaliação da cobertura da Folha de São Paulo sobre a crise do sistema carcerário.

“Por enumeração temática, é possível levar a cabo, num texto, o levantamento das atitudes (qualidades, aptidões) psicológicas aconselhadas ou desaconselhadas, que o leitor deve atualizar ou afastar de modo a poder chegar a seus fios. Contam-se, assim, em cada unidade de decodificação (neste caso, a frase), a qualidade ou o defeito presentes”, página 77.

Decidimos por enumerar duas categorias. Antes das leituras, montamos as “unidades de contexto”, ou seja, criamos grupos de palavras a partir dos referenciais do participantes do estudo e do contato que tivemos com o tema durante o ocorrido em si na figura de leitores, não como pesquisadores. As unidades de contextos foram: “crime organizado”, “Estado”, “sociedade civil” e “ações”.

Os grupos escolhidos, portanto, representam os setores da sociedade envolvidos no problema. O crime organizado, representado pelas facções, o Estado e as suas instituições, e a sociedade civil, retratada pelos movimentos sociais, a universidade, entre outras.

As ações compõem um grupo diferente, que ajudou a entender quais foram as práticas priorizadas pela Folha de S. Paulo em sua cobertura. Palavras como “massacre”, “motim”, “barbárie” formam essa seção, fundamental para o desenvolvimento da análise.

Depois, decidimos quais seriam as palavras a compor esses grupos, ou as “unidades de decodificação”, como cita Bardwin, e chegamos ao número de 52 palavras, distribuídas pelas unidades de contexto.

Optamos por contabilizar as palavras que estivessem no corpo do texto. Ou seja, enumeramos os elementos clássicos do jornalismo, como o título, a linha fina, o texto em si, e decidimos por não contabilizar as palavras presentes em legendas, infográficos, e afins. Fizemos essa seleção por escolhermos não analisar imagens e elementos relativos a elas, o que exigiria outras referências teóricas que extrapolam as desta pesquisa.

“Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um <texto>, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”, página 37.

Exluímos também as palavras vigentes nos comentários e nas demais informações presentes na página do website da Folha de S. Paulo.

O segundo objeto de análise escolhido foram as fontes. Esse elemento foi fundamental para a análise porque permitiu compreender quem o veículo de mídia decidiu convidar para opinar sobre os fatos abordados. Foi possível discorrer sobre a linha editorial do portal, bem como refletir sobre a função democrática do jornalismo na atualidade.

Dividimos as fontes em quatro campos, ou unidades de contexto: as oficiais, as oficiosas, as não oficiais e as disruptivas.

As primeiras são a voz oficial do Estado, representadas pelos governos federais, estaduais, municipais, as secretarias da administração pública, as instâncias de poder do sistema judiciário, como o Minis-

tério Público, a Defensoria Pública, entre outras. São as autoridades políticas, culturais e econômicas representantes do Estado. Segundo Nilson Lage (2001), “Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos associações, fundações etc.”

“O secretário de Segurança Pública do Amazonas, Sérgio Fontes, disse nesta segunda-feira (2) que uma entrada da PM no Compaj (Complexo Penitenciário Anísio Jobim), em Manaus, durante a rebelião que terminou com a morte de 56 pessoas poderia ter causado um “Carandiru 2 (<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2013/massacredocarandiru/>)”.” Neste caso, o secretário Sérgio Fontes trata-se de uma fonte oficial.

As fontes oficiosas, de acordo com Lage (2001), são aquelas que tem ligação reconhecida com as instituições do Estado, mas não têm a possibilidade de se colocar como representante oficial delas. Os agentes penitenciários ou mesmo os diretores dos presídios, por exemplo, são funcionários da máquina pública diretamente envolvidos com as rebeliões em si, mas como não representam a voz do Estado, simbolizada pela Secretaria de Administração dos Presídios, não podem ser ouvidos como uma posição oficial do governo diante do tema.

As fontes oficiosas, contudo, apesar de não terem a possibilidade de se colocarem como oficiais, têm um discurso próximo daquelas instituições que representam o Estado.

As fontes não oficiais são as vozes de indivíduos da sociedade civil acerca de determinados problemas, que podem ou não representar a opinião de um determinado grupo social. Os exemplos mais presentes de fontes não oficiais durante a cobertura são os familiares e os detentos.

Outro grupo levado em consideração são as fontes disruptivas. Para defini-las, utilizamos o conceito de “tecnologias disruptivas” presente no artigo “Disruptive Technologies: Catching the Wave”, escrito por Clayton M. Christensen. O termo disruptivo significa “quebrar, despedaçar, irromper”, o qual Christensen aplica às tecnologias contemporâneas de informação e comunicação que rompem com a dinâmica dos arranjos produtivos construídos sobre a tecnologia analógica. Foi feita, portanto, uma

apropriação deste conceito para classificar fontes disruptivas como aquelas que apresentam uma perspectiva que quebra a lógica hegemônica e indica um novo olhar sobre determinado fenômeno.

Assim sendo, neste grupo foram incluídas pessoas e instituições que rompem com a narrativa dominante e hegemônica, e geram um desconforto ou instabilidade social. Costumam vir representadas pelos movimentos sociais e por pessoas que compõem o espaço acadêmico.

Os pesquisadores decidiram não só por destrinchar as fontes e as separar em grupos, como também quantificar a aparição de cada uma delas durante a cobertura da Folha de S. Paulo. Em algumas reportagens, a mesma fonte é citada mais de uma vez.

A Folha de S. Paulo, assim como outros portais jornalísticos, se utilizavam de citações diretas e indiretas das fontes. Mais do que isso, em alguns casos, não todos, a citação indireta é utilizada como introdução para a direta. Neste caso, contabilizamos por duas vezes a mesma fonte, por ter sido citada de maneira direta e indireta.

Algumas palavras foram norteadoras para decidirmos ou não para a fonte ser contabilizada. Descrições seguidas de palavras como “segundo” e “de acordo”, entre outras, apontavam para a presença de algum interlocutor.

Palavras que indicam fala ou opinião também foram facilitadoras para a procura. A Folha de S. Paulo se utilizou de um grande repertório de termos para citar de maneira indireta as suas fontes, como o “afirma”, “disse”, “explica”, entre outros.

As citações diretas foram mais simples de serem localizadas. No jornalismo, elas costumam vir entre aspas. Todas as explicações, afirmações, ou falas diretas foram contabilizadas como uma fonte.

Ao somar toda essa diversidade de fontes, chegamos ao número total de diferentes interlocutores utilizados para a cobertura de cada uma das rebeliões.

A cobertura sobre a rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, teve 333 fontes. A segunda revolta ocorreu em Roraima, na zona rural de Boa Vista, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, e teve 207 fontes. O último motim ocorreu na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no município de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, e teve a participação de 543 fontes.

O método então se encaixa em uma das técnicas defendida por Laurence Bardwin, a da Análise Categorial.

“Esta, pretende tomar em consideração a totalidade de um <texto>, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”, página 37.

Vale lembrar, retomando as concepções de Laurence Bardwin, de que a análise de conteúdo se reinventa a todo momento e se adequa aos objetivos da pesquisa e aos objetos de análise. Ou seja, cabe ao analista, a partir das regras pré-estabelecidos, ajustar a ferramenta de decodificação, sempre por meio da transparência.

“Ainda em virtude da fragmentação objetiva e do comentário irônico de Violette Morin, <point ne sert de competer, il fault couper à point> (de nada serve contabilizar, mas antes cortar a preceito), o analista, no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as unidades de decodificação, ou as de registro”, página 36.

Para finalizar, é importante pontuar que o processo de checagem foi feito inicialmente de maneira manual, com a leitura e o cálculo das fontes e das palavras mais e menos utilizadas. Depois, nova checagem foi feita por meio da ferramenta **Word Clouds** (<https://www.wordclouds.com/>) para quantificar as palavras, e nova leitura foi feita para quantificar as fontes.

- Exemplo de análise

A contagem

Em *negrito e itálico* destacamos os trechos que contabilizamos como “fonte”.

The screenshot shows the top of the Folha de S. Paulo website. At the top left, there are navigation links: 'Logout', 'Assine a Folha', 'Atendimento', and 'Acervo Folha'. The main header features the newspaper's name 'FOLHA DE S. PAULO' in large black letters, with the tagline 'UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL' below it. The date and time are 'QUINTA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2018' and '12:23'. A horizontal menu contains various sections: 'Seções', 'Opinião', 'Poder', 'Mundo', 'Economia', 'Cotidiano', 'Esporte', 'Cultura', 'F5', and 'Sobre Tudo'. Below this, a blue banner highlights the 'cotidiano' section, with sub-topics 'febre amarela' and 'massacre em presídios'. The main headline is 'massacre em presídios'. Below it, a sub-header reads 'SAIBA QUAIS SÃO AS FACÇÕES | ROTAS DO TRÁFICO | REBELIÕES | REPERCUSSÃO | POR DENTRO DO PRESÍDIO'. The main article title is 'Maior matança em presídios desde o Carandiru deixa 56 vítimas no AM'. To the right, there are 'leia também' suggestions: 'Governo anuncia repasse de mais de R\$ 1 bi para fundo penitenciário' and 'Avião de pequeno porte cai e mata seis pessoas na área urbana de Manaus'. At the bottom right, there is a 'massacre em presídios' link and an 'Edição impressa' button. A small logo 'alala' is visible in the bottom right corner.

Materia publicada no dia 2 de Janeiro, de 2017. Link para matéria: <http://bit.ly/2i54ljr>

Uma briga entre facções criminosas rivais seguida de rebelião no maior presídio do Amazonas deixou 56 mortos entre domingo (1º) e segunda-feira (2) em Manaus, capital do Amazonas.

O motim durou 17 horas e, *segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado, há decapitados entre as vítimas*. Inicialmente o governo do AM falou em *ao menos 60 vítimas*, mas na tarde desta segunda o número foi atualizado pelos legistas. “*Nós tínhamos contado 60 [mortos]. Mas contaram repetido parte dos corpos*”, disse Pedro Florêncio, secretário de Estado de Administração Penitenciária.

A matança é a maior em número de vítimas em presídios do país desde o massacre do Carandiru, em 1992, em São Paulo, quando uma ação policial deixou 111 presos mortos na casa de detenção. Desde então, há outras tragédias no sistema carcerário nacional, como a rebelião em 2004 na Casa de Custódia de Benfica (RJ) (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1506200506.htm>), quando morreram 31 pessoas. Também entram na lista o motim no presídio de Urso Branco (RO) (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0401200210.htm>), que deixou 27 mortos em 2002, e a rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas (MA) em 2010, com 18 mortos.

Em Manaus, o motim começou na tarde de domingo (1º), no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), localizado no km 8 da BR-174. Na unidade havia 1.224 homens, o triplo da capacidade (de 454 vagas), **segundo dados do mês passado do governo estadual**. No Compaj ainda há outras duas unidades –uma para presos do regime semiaberto e outra para mulheres detidas provisoriamente. O Amazonas possui 11 unidades prisionais.

Segundo diagnóstico elaborado em inspeção de outubro do ano passado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), o presídio foi classificado como “péssimo” para qualquer tentativa de ressocialização, com presos sem assistência jurídica, educacional, social e de saúde.

A rebelião foi motivada por uma briga entre as facções Família do Norte e PCC, **segundo Marluce da Costa Souza, coordenadora da Pastoral Carcerária do Estado. O governo do Estado também informou que os chefes das facções não fizeram exigências**. O massacre é tratado como uma guerra entre os grupos criminosos, e, de acordo com as investigações iniciais, a rebelião foi comandada pela Família do Norte.

“Há uma guerra silenciosa que o Estado tem que intervir. Que guerra é essa? Narcotráfico. O que nós estamos vendo, o que vimos hoje? Uma facção brigando com a outra. Porque cada uma quer ganhar mais dinheiro que a outra, a briga é por dinheiro e por espaço”, disse o secretário da Segurança Pública do Amazonas, Sérgio Fontes, na entrevista coletiva desta segunda.

O juiz titular da Vara de Execução Penal do TJ (Tribunal de Justiça) do Amazonas, Luís Carlos Valois, disse que ficou chocado com o que viu no Compaj. “Nunca vi nada igual na minha vida, aqueles corpos, o sangue... fiquem com Deus!”, escreveu Valois em sua página no Facebook.

De acordo com Valois, sua presença no local foi requisitada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado. “Chegando lá os presos tinha tomado todo o regime fechado e o semiaberto. Tinham feito um buraco e passavam de um lado para o outro”.

O juiz diz que liderou as negociações com os detentos. “[Eles pediram] apenas que nos comprometêssemos a não fazer transferências, a manter a integridade física e o direito de visitas”.

Outras quatro pessoas morreram na Unidade Prisional do Puraquequara, na zona rural de Manaus. **O governo considera a situação estável no local**.

Pouco antes da rebelião com mortos no Compaj, 72 presos fugiram do Ipat (Instituto Penal Antônio Trindade), um presídio penal a 5 km dali –o Ipat tem 229 internos, e o governo estadual ainda está fazendo contagem de presos. Também houve fuga de 112 presos no Compaj. **Segundo Sérgio Fontes, essa pode ter sido também a maior fuga da história do Estado**.

Até as 00h41, 48 presos já tinham sido recapturados, **segundo balanço do governo**.

A Seap (Secretaria de Estado da Administração Penitenciária), pasta que administra o sistema penitenciário do Amazonas, isolou toda a área onde ficam as duas unidades prisionais. Nas vias que dão acesso à rodovia BR-174, foram montadas barreiras policiais para auxiliar na busca por fugitivos, além de impedir que parentes se aproximem dos presídios.

Dos reféns no Compaj, 74 eram detentos e outros 12 funcionários da Umanizzare, empresa de gestão privada que presta serviço no complexo. Após a rebelião, os funcionários foram liberados na manhã desta segunda (2), sem ferimentos. Ainda não foi informado quantos detentos ficaram feridos.

“[Eles pediram] apenas que nos comprometêssemos a não fazer transferências, a manter a integridade física e o direito de visitas”.

O Ministério da Justiça e Cidadania informou que o ministro Alexandre de Moraes manteve durante todo o tempo contato com o governador do Amazonas, José Melo de Oliveira (PROS). O governador disse ainda que utilizará os R\$ 44,7 milhões de repasse que o Fundo Penitenciário do Amazonas recebeu do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), na última quinta-feira (29), para reformar a unidade.

O governo federal tem acompanhado desde a noite de domingo (1º) a situação no maior presídio do Amazonas e deve transferir presos ligados a facções criminosas para outras unidades prisionais no país.

Ao ser questionado sobre as medidas que serão tomadas, *o secretário da Segurança Pública do Estado afirmou ser necessária a construção de novos presídios e o combate ao tráfico de drogas.*

“Transferência de presidiário não seria eficaz nessa situação. Não temos condições de mantê-los separados. Temos quantidade limitada de presídios. Construir mais presídios seria uma boa opção”, disse. “Nós precisamos fazer o combate ao narcotráfico internacional de maneira coordenada no Brasil inteiro e precisa colocar mais investimento para isso. O problema número um da segurança pública do brasileiro é o narcotráfico”, completou.



- *Análise*

Por que fizemos a pesquisa?

A pesquisa, por meio da técnica descrita na metodologia, permitiu-nos acessar e conhecer quais foram os termos mais e menos escritos, bem como quais foram as fontes mais e menos recordadas para compor a produção jornalística da Folha de S. Paulo sobre o objeto em questão.

Na cobertura de Manaus, 855 palavras se referiam ao Estado, 401 ao crime organizado, 428 à sociedade civil, e 324 ao grupo das “ações”. No que tange às fontes, em Manaus, as oficiais foram 192 vezes contabilizadas (57,6%), diante de 50 vezes para fontes oficiosas (15,0%), 63 para não oficiais (18,9%) e 28 para as disruptivas (8,4%). Isso dentro de um contexto de 57 matérias¹.

Em Roraima, 340 palavras se referiam ao Estado, 128 ao crime organizado, 151 à sociedade civil, e 114 ao grupo de ações. Foram também citadas 140 vezes as fontes oficiais (67,6%), 23 as oficiosas (11,1%), 33 as não oficiais (15,9%) e 11 as disruptivas (5,3%), números de um universo de 23 matérias.

Em Natal, no presídio de Alcaçuz, 900 palavras se referiam ao Estado, 492 à sociedade civil, 440 ao crime organizado, e 441 às ações. Foram também mencionadas 370 vezes as fontes oficiais (68,1%), 52 as oficiosas (9,5%), 84 as não oficiais (15,4%) e 37 (6,8%) as disruptivas. Esses números são o reflexo de um universo de 60 matérias.

Tratando-se de vidas, Alcaçuz foi o complexo prisional onde houve a menor quantidade de mortos. Ainda que um número elevado, considerando que, de maneira oficial, 27 vidas foram perdidas, Alcaçuz teve uma cobertura quase três vezes maior do que a do presídio de Roraima, onde morreram 33 pessoas. A cobertura de Alcaçuz também foi maior do que a de Manaus, onde morreram 59 pessoas, mais do que o dobro de Alcaçuz.

Uma inferência possível sobre essa discrepância é que, diferentemente das rebeliões que ocorreram em Boa Vista e Manaus, o conflito em Natal se desenvolveu por 13 dias. Nos dois primeiros presídios, os motins foram mais pontuais e resolvidos em menor espaço de tempo.

A arquitetura do presídio de Alcaçuz, uma construção aberta e rodeada por dunas, também permitiu aos jornalistas acompanhar e visualizar de maneira mais nítida o conflito existente entre os grupos no presídio, mais um fator que pode ter influenciado nessa discrepância.

Outra hipótese possível é de que a cobertura ao vivo feita pela Rede Globo, maior canal de televisão do país, foi determinante para a repercussão do caso em Natal. O canal de mídia chegou a apresentar ao vivo o princípio de conflito entre os grupos que compunham o presídio de Alcaçuz, o que chamou a atenção da opinião pública e da sociedade na época.

Esta inferência também reforça a ideia do trio formador de opinião pública composto por Globo-Folha-Veja.

¹ A explicação está detalhada na seção destinada à metodologia. De maneira breve, apontamos que as fontes oficiais são aquelas que representam as instituições oficiais do Estado. As oficiosas são aqueles agentes que trabalham na máquina pública mas não têm a autorização de se colocar em nome dela. As não oficiais são indivíduos presentes na sociedade civil. As disruptivas são as fontes dos movimentos sociais, academia e sociedade que propõem uma visão de ruptura com a lógica hegemônica.

Os pesquisadores ressaltam, porém, que os apontamentos feitos acima são inferências e deduções possíveis para explicar a maior cobertura sobre aquilo que ocorreu no presídio de Alcaçuz, Natal (RN). Não se tratam, então, de afirmações irrevogáveis.

Para além dos fatores que podem ter influenciado na diferença de atenção dada a cada um dos episódios, os dados descritos por meio da análise de conteúdo permitem refletir sobre a construção narrativa e as incongruências do discurso da Folha de S. Paulo.

O Manual de Redação do jornal, atualizado pela última vez em 1996, aponta o veículo de comunicação como “crítico, apartidário e pluralista” (http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_projeto_intruducacao.htm) e como “crítico em relação a todos os partidos políticos, governos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos”, o que exige do mesmo um diálogo com os múltiplos agentes e as diversas vozes envolvidas com os fatos.

De acordo com o documento, na seção “Projeto Folha”, “Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal”.

A Folha de S. Paulo também descreve como ético para os seus jornalistas a necessidade de “conhecer todas as versões de um fato e registrá-las com fidelidade”, e afirma que o jornal tem um compromisso com o leitor de “relatar todas as hipóteses sobre um fato em vez de esperar que o leitor as imagine”.

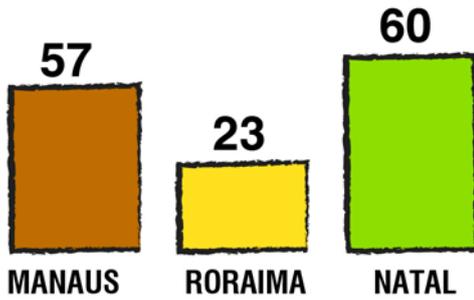
Com esses preceitos bem definidos, ao observar os dados apresentados, chama a atenção a preponderância das figuras oficiais do Estado tanto no que tange às palavras mais utilizadas, quanto no que se refere às fontes mais recordadas pela Folha de S. Paulo para acompanhar esse tema.

Nota-se que a Folha de S. Paulo deixou de lado um dos princípios norteadores do seu Manual de Redação, o pluralismo, e percebe-se que há uma discrepância entre as fontes oficiais e as disruptivas, por exemplo.

A não pluralidade do jornal compromete outros dos seus objetivos, como o de apresentar aos seus leitores as principais ideias existentes sobre determinado assunto, na medida em que são as outras fontes disruptivas que carregam consigo visões diferentes da apresentada e defendida pelo Estado sobre o tema em questão.

“Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo, na relação de apreensão e conhecimento do real. Mas é possível proceder mais ou menos objetivamente ou subjetivamente, e é esta noção que é fundamental reter: a da possibilidade concreta de buscar a objetividade e de tentar aproximar-se ao máximo dela”, página 6, Perseu Abramo

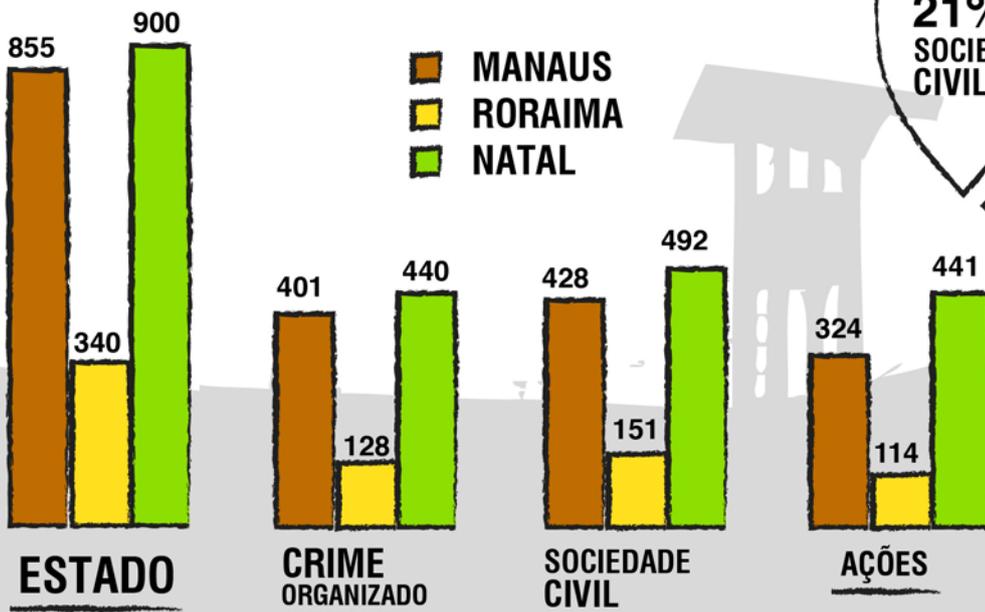
NÚMERO DE MATÉRIAS



Para cada vez que a palavra **SOCIEDADE CIVIL** aparece a palavra **ESTADO** aparece o dobro de vezes

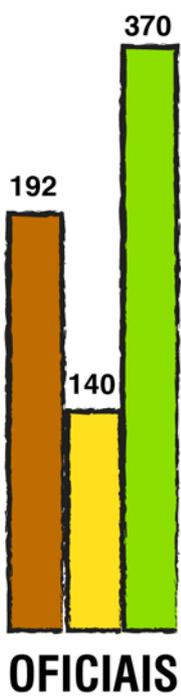
COBERTURA

Quantas vezes apareceu cada termo.

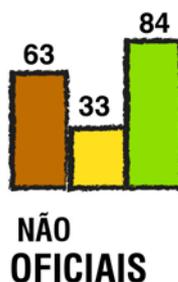


FONTES

DE CADA 100 FONTES OUVIDAS, APENAS 4 SÃO **DISRUPTIVAS**



OFICIAIS 65%
 NÃO OFICIAIS 17%
 OFICIOSAS 12%
 DISRUPTIVAS 7%



MANAUS
 RORAIMA
 NATAL

Nesse contexto, a Folha de S. Paulo deixa de cumprir com um dos cerne do jornalismo: acompanhar o funcionamento das instituições públicas. Na medida em que o jornal se transforma no porta voz do Estado, deixa de trazer outros sujeitos críticos da sociedade para propor novas saídas e soluções para os problemas enfrentados pela administração pública.

O canal de comunicação também fere o seu princípio ético de registrar as diferentes versões do fato e quebra o compromisso com o leitor de apresentar distintos olhares sobre o acontecimento em questão.

O procedimento jornalístico, contudo, não é apenas objeto do Manual de Redação do jornal, mas também de uma série de pesquisadores. Um deles, que aceitou se debruçar sobre o tema, foi Perseu Abramo, autor do artigo “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”.

Para ele, em uma sociedade repleta de conflitos, é impossível o jornalista ser isento, imparcial ou manter uma neutralidade. Cabe ao profissional, porém, ser objetivo, conhecer o material analisado, e ouvir os diferentes autores e sujeitos que compõem a realidade abordada.

“Assim, nunca se é inteiramente subjetivo nem totalmente objetivo, na relação de apreensão e conhecimento do real. Mas é possível proceder mais ou menos objetivamente ou subjetivamente, e é esta noção que é fundamental reter: a da possibilidade concreta de buscar a objetividade e de tentar aproximar-se ao máximo dela”, página 6, Perseu Abramo

Diante dos dados, outras reflexões de Perseu Abramo chamam atenção. O posicionamento das empresas de comunicação, somado aos conflitos sociais, à complexidade do cotidiano, e à diversidade de formato para se cobrir determinado acontecimento, cria a possibilidade da mídia construir uma realidade a partir dos seus interesses. É essa condição que vai viabilizar aquilo que Perseu Abramo chama dos padrões de manipulação da grande imprensa.

“O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade”, página 1, Perseu Abramo.

Um desses padrões diz respeito, de maneira precisa, às fontes oficiais. A presença significativa delas e das palavras que se referem ao Estado dialogam com uma estratégia utilizada pela mídia para a produção do discurso único e que contempla a visão hegemônica.

O Oficialismo, segundo Abramo, é a escolha por parte da mídia de convidar de maneira repetida as fontes que pensam da mesma maneira que o veículo, padrão de manipulação que compõe uma forma de autoritarismo.

“Ela sempre vale mais do que as versões de autoridades subalternas, sempre muito mais que a dos personagens que não detêm qualquer forma de autoridade e, evidentemente, sempre infinitamente mais do que a realidade. Assim, o Oficialismo se transforma em Autoritarismo”. Página 3, Perseu Abramo

A ausência de fontes disruptivas e opiniões divergentes recorda outro padrão de manipulação indicado por Perseu Abramo, a “omissão”. A mídia, quando julga interessante, deixa de apresentar determinado elemento em sua cobertura.

O encarceramento em massa no Brasil atinge de maneira desproporcional a população negra, como apontam os números do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias). Ao longo

de toda a cobertura, somente por uma vez a palavra “negro” foi utilizada, durante a entrevista concedida pelo juiz Luis Carlos Valois. Nessa entrevista, o juiz disse que o encarceramento no país serve para aprisionar pobres e negros.

Mais de 60% dos presos no Brasil são negros, dados que variam de acordo com as regiões do país. Em estados como o Acre e o Amapá, esses números passam dos 80%. Nos estados onde os fatos ocorreram, os números não são muito diferentes. Em Manaus, 71,7% dos presos são negros, em Roraima 82,2%, e no Rio Grande do Norte, 69,5%. Os dados são do Infopen, Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>).

Os números servem para ilustrar o óbvio. As fotos expostas nos cadernos da Folha de S. Paulo e mesmo a cobertura ao vivo da Globonews sobre as desavenças em Alcaçuz tornavam evidente que havia uma super representação de negros nesse espaço.

Abramo diz que a supressão de alguns dados, em detrimento de outros, é um fator utilizado pela comunicação a fim de fazer com que a sua análise seja hegemônica.

“Exige então uma crítica ao modelo convencional colocado como o objetivo, de análise de dados. A realidade e, por exemplo, os fatos históricos vão além de números. Há também uma suposição de dados secundários, mas espetaculares, como os principais diante daqueles realmente importantes para uma análise objetiva. Essa objetividade é quem permite uma relativização dos padrões de manipulação jornalísticos”, página 6, Perseu Abramo.

“Ela sempre vale mais do que as versões de autoridades subalternas, sempre muito mais que a dos personagens que não detêm qualquer forma de autoridade e, evidentemente, sempre infinitamente mais do que a realidade. Assim, o Oficialismo se transforma em Autoritarismo”. Página 3, Perseu Abramo

Abramo também pontua que a técnica jornalística de apuração da realidade é exitosa quando enxerga para além dos números e entende a construção histórica desse problema, bem como os diferentes ângulos sobre o fato em si.

Levar em consideração o histórico do Estado de mantenedor das desigualdades sociais e raciais e considerar que a sociedade brasileira foi construída a partir de um regime escravista de exploração também são outros fatores importantes.

Para isso, é preciso convidar diferentes atores sociais, como os próprios movimentos, aqueles envolvidos de maneira direta com o problema, caso dos detentos, e pesquisadores que abordam a questão de maneira a romper com a lógica hegemônica.

A sensibilidade do problema para os afro-brasileiros e a omissão da Folha de S. Paulo diante do entrave em questão reafirmam a importância de entender aquilo que a intelectualidade negra do país tem escrito sobre o tema.

De início, vale destacar que o conceito de raça e racismo não estão atrelados ao sentido biológico da palavra, mas sim ao âmbito cultural e social, como explica o professor Kabengele Munanga em seu artigo “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”.

“Podemos observar que o conceito de raça tal como o empregamos hoje nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares”.

Com a premissa compartilhada de que tratamos raça no campo social e político, vale compartilhar as reflexões da professora e ex-ministra da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Nilma Lino Gomes, sobre os conceitos de discriminação racial, preconceito e racismo em seu artigo, “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”.

Abramo diz que a supressão de alguns dados, em detrimento de outros, é um fator utilizado pela comunicação a fim de fazer com que a sua análise seja hegemônica.

O preconceito é um julgamento antecipado de outro grupo social, seja ele diferente por conta do aspecto de raça, etnia ou religião. A principal característica do preconceito é a inflexibilidade diante dos fatos reais e concretos que atestam contra esses estereótipos.

“Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro”. Nilma Lino, página 54

O preconceito racial carrega consigo a ideia de superioridade de um grupo perante o outro. Tem o racismo como a sua fonte essencial e colabora no processo de justificar as desigualdades sociais, na medida em que se tem um grupo superior a outro.

A discriminação racial pode se materializar de maneira física, por meio de uma agressão ou até pelo homicídio de uma pessoa; de maneira simbólica, por meio da agressão verbal; e também de maneira espacial, por meio da separação de determinados ambientes.

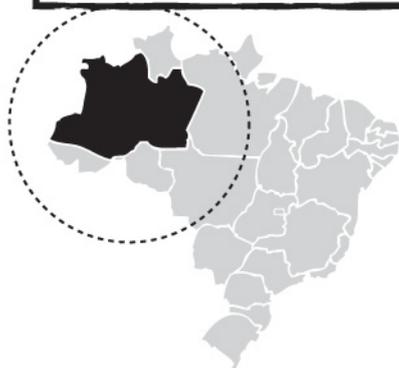
“A palavra discriminar significa “distinguir”, “diferençar”, “discernir”. A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o pre-

“ Construiu-se uma narrativa de barbárie sobre o caso, sem abordar alguns dos principais problemas do encarceramento no país, que é a superpopulação, a privatização dos presídios. ”

NÚMERO DE PALAVRAS COM FOCO NA
BARBÁRIE

NÚMERO DE PALAVRAS COM FOCO NA
SOLUÇÃO DE PROBLEMAS

MANAUS



97

77 SOBRE **MASSACRE**
20 SOBRE **DECAPITAÇÃO**

20

07 SOBRE **PRIVATIZAÇÃO**
13 SOBRE **SUPERLOTAÇÃO**

RORAIMA



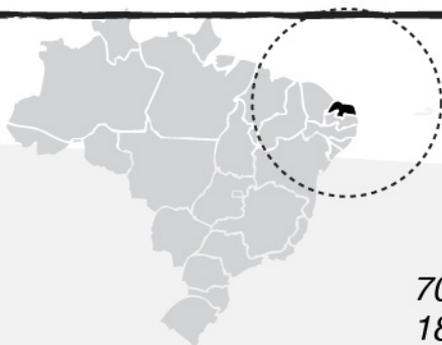
51

47 SOBRE **MASSACRE**
04 SOBRE **DECAPITAÇÃO**

5

0 SOBRE **PRIVATIZAÇÃO**
5 SOBRE **SUPERLOTAÇÃO**

NATAL



88

70 SOBRE **MASSACRE**
18 SOBRE **DECAPITAÇÃO**

3

0 SOBRE **PRIVATIZAÇÃO**
3 SOBRE **SUPERLOTAÇÃO**

conceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam”, Página 55. Nilma Lino.

Essa é a demonstração de intolerância mais coberta pela mídia. A discriminação é posta como sinônimo do racismo e costuma ser analisada como reflexo do preconceito, como uma atitude individual, e marcada por desvios de conduta e até por distúrbios psicológicos.

Essa definição se faz, inclusive, presente no Manual de Redação da Folha de S. Paulo. Para o jornal, racismo é uma “Atitude que deprecia, discrimina ou segrega grupos sociais em virtude de sua condição racial. A Folha condena qualquer forma de racismo”.

Entender o racismo como equivalente ou próximo daquilo que Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga colocam como discriminação racial e preconceito é minimizar o problema e a importância da questão racial na sociedade brasileira e na resolução de conflitos como o carcerário deste país.

Para Nilma Lino Gomes, o racismo tem razões históricas longínquas e explicações mais complexas.

“Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro”.

Nilma Lino, página 54

“As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro”, Nilma Lino, 47

O racismo, então, é a desigualdade racial existente entre negros e brancos no Brasil. Essa estrutura racista do Estado é explicada pela formação de um país construído sobre um processo escravista - que durou 388 anos - e que nunca passou por um momento de ruptura radical desse sistema.

Até chegar em 13 de maio de 1888, a elite branca brasileira promoveu um processo lento, gradual e seguro para abolir a escravatura. Em 1850, o Brasil assina a Lei de Terras, que tira do Estado a possibilidade de conceder terras às pessoas e o deixa na condição de vendedor delas. A partir daquele momento, a elite brasileira tinha a garantia de que negras e negros continuariam sem acessá-las.

A Tarifa Alves Branco foi outro mecanismo importante de exclusão da população negra. O Estado brasileiro passou a taxar as transações internacionais a fim de construir um parque industrial e incentivar a imigração europeia para cá. Era o início de um novo projeto de país, sem a população negra em vista.

As reflexões são do sociólogo Clóvis Moura, autor do livro *Dialética Radical do Brasil Negro*, e um dos principais pensadores nacionais.

Essas duas legislações são importantes para que a elite brasileira chegue em 13 de maio de 1888 com a segurança de que era possível libertar negras e negros, pois havia a garantia de que elas e eles continuariam excluídos da sociedade. Esse processo foi nomeado por Clóvis Moura como a “Modernização Conservadora”.

De lá para cá, não houve um processo de ruptura com esse modelo. O Brasil segue com uma sociedade extremamente desigual, com mulheres e homens negros na base da pirâmide.

Para Nilma Lino, essa é a resposta para o preconceito racial e para o costume cotidiano nacional de naturalizar a posição de negras e negros em condições subalternas.

“...o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. Some a isso o fato de que, após a abolição, a sociedade, nos seus mais diversos setores, bem como o Estado brasileiro não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo. Pelo contrário, optaram por construir práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam a discriminação contra os negros e a desigualdade racial entre negros e brancos como resultante desse processo de negação da cidadania aos negros brasileiros. Essa posição de “suposta neutralidade” só contribuiu ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo”.

Nilma Lino, pág 46

Essa suposta neutralidade ocorre pelo fato de raça e racismo serem temas ainda tabus na sociedade brasileira. Esse tabu é reflexo do mito da democracia racial, paradigma que foi fundamentado no campo acadêmico e divulgado para o mundo na obra de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”.

O professor Kabengele Munanga é o autor da expressão de que no Brasil, o racismo é o “crime perfeito”, afinal, é um crime reconhecido por todos, mas sem criminosos. Pesquisa feita pela Folha de S. Paulo no ano de 2008 (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2311200801.htm>) mostrou como 91% dos brasileiros acreditam na existência do racismo no país, mas que 3% se admitem racistas.

“Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo

O problema do racismo é muito maior do que o preconceito e a discriminação, e ele precisa ser debatido e considerado durante a cobertura de um problema crônico como o encarceramento no país.

no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país”, Nilma Lino, página 46

O problema do racismo é muito maior do que o preconceito e a discriminação e ele precisa ser debatido e considerado durante a cobertura de um problema crônico como o encarceramento no país.

A quantidade de palavras mostra que o **DETENTO** está no foco do problema nas matérias, mas a desproporção em que são ouvidas outras fontes, como ex-detentos, mostra que sua voz não está representada. Nem pelos detentos e nem pelas fontes disruptivas.

■ **814** Número de vezes que a palavra 'detento(s)' é mencionada

■ **39** Número de vezes que fontes ligadas aos detentos são citados

Número de vezes que os detentos são citados por estado

■ **MANAUS** 305

■ **RORAIMA** 107

■ **NATAL** 402



Quando omite essa informação, deixa de racializar os sujeitos encarcerados, ou mesmo não tratar o sistema carcerário como um dos reflexos mais cruéis do racismo brasileiro, a Folha de S. Paulo apenas colabora para a continuidade e o fortalecimento desse problema, como fora citado acima por Nilma Lino. Dessa maneira, o jornal age no sentido de colaborar e manter o mito da democracia racial.

“O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial”. Página 57, Nilma Lino.

O mito da democracia racial abre a possibilidade para a manutenção e o fortalecimento de uma série de estereótipos racistas. A ruptura com o mito é entendida como importante para que se mostre e discuta o histórico de exclusão de negras e negros no país e se avance para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

“Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas, simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais”. Pág 57, Nilma Lino.



▪ Causas e consequências

Uma inversão de prioridades

Ao longo da análise, nota-se que grande destaque foi dado à brutalidade dos eventos ocorridos durante as rebeliões.

Pode-se sublinhar palavras utilizadas em todas as coberturas que se referem à violência exacerbada, como “massacre”, repetida 77 em Manaus, 53 em Roraima, 70 em Alcaçuz, ou “decapitado”, 20 em Manaus, 5 em Roraima, 18 em Alcaçuz. Esse cenário ganha mais força com a presença de outros termos como “carbonizado”, “barbárie” e “guerra”, presentes na cobertura dos casos que envolvem os três estados.

As ações violentas das facções criminosas, o que é justificado pela quantidade de mortes, foram o epicentro da cobertura.

Vale ressaltar, porém, que a brutalidade das ações das pessoas encarceradas não pode ser vista como o fim em si.

Entre outros fatores, a violência está relacionada à busca pela hegemonia do mercado de drogas na região Norte e Nordeste e ao racha entre as duas maiores organizações do ramo no país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

Outros fatores, importantes para essa análise, também foram silenciados ou colocados em segundo plano, caso da superlotação dos presídios, a política de guerra às drogas, a privatização e o sucateamento do serviço penitenciário.

Aqui vale destacar outra técnica de manipulação da mídia descrita por Perseu Abramo, a da “Inversão”. De acordo com o teórico, a imprensa consegue fazer um reordenamento da importância de cada fator, criando uma realidade artificial, na medida em que destrói a concreta.

Nesse sentido, a mídia transforma o que é secundário como fator principal e constrói o particular em geral. A barbárie e a suposta não humanidade desses sujeitos se transformam no foco da cobertura, e a superlotação dos presídios, a política de guerra às drogas, a privatização e o sucateamento do serviço penitenciário, se transformam em fatores de menor importância.

A centralidade da política de drogas na discussão é explicada pela expansão do encarceramento desde a aprovação da Lei 11.343 em 2006, marco responsável por deixar a critério dos agentes de segurança pública e do judiciário definir quem é usuário e traficante de entorpecentes. Hoje, 28% dos presos estão atrás das grades por tráfico de drogas. Esse número chega a 68% nos presídios femininos.

A atual política de guerra às drogas, intensificada com a adoção da lei mencionada, foi tema pouco explorado.

Além disso, uma reflexão sobre a privatização dos presídios também poderia ter sido oferecida pela Folha de S. Paulo. Em Manaus, na prisão onde o massacre se desenvolveu, a gestão, feita por uma empresa, se eximiu de qualquer culpa com relação à falta de segurança interna.

Abramo pontua que a informação então recebe papel secundário, e que a mídia, troca a sua versão sobre o fato pela realidade.

A palavra “privatização”, por exemplo, aparece apenas 7 vezes em Manaus, nenhuma em Roraima, nem em Alcaçuz.

O aumento do encarceramento e a falta de infraestrutura dessas instituições para receber seres humanos também foi pouco abordado.

De acordo com dados do ICPR (Institute for Criminal Policy Research), o Brasil é, em 2017, a terceira maior população carcerária no mundo, com 668,2 mil pessoas presas, sendo 37% provisórias. O Brasil só se encontra atrás dos Estados Unidos, com 2.217.000 de pessoas presas, e da China, com 1.657.812, nações que entre 2008 e 2014 diminuíram suas populações carcerárias em 4,5% e 3,9%, respectivamente. O Brasil, por outro lado, no mesmo período, viu o número de encarcerados crescer 37,8%.

O termo “superlotação” tem só 13 ocorrência em Manaus, 5 em Roraima, 3 em Alcaçuz, diminuindo-se o destaque dado a esse fator.

Todos esses fatores abordados consolidam a afirmação de Abramo de que a informação recebe papel secundário, e que a mídia, troca a sua versão sobre o fato pela realidade. “Tudo se passa como se o órgão de imprensa agisse sob o domínio de um princípio que dissesse: se o fato não corresponde à minha versão, deve haver algo errado com o fato”, Perseu Abramo, página 3.

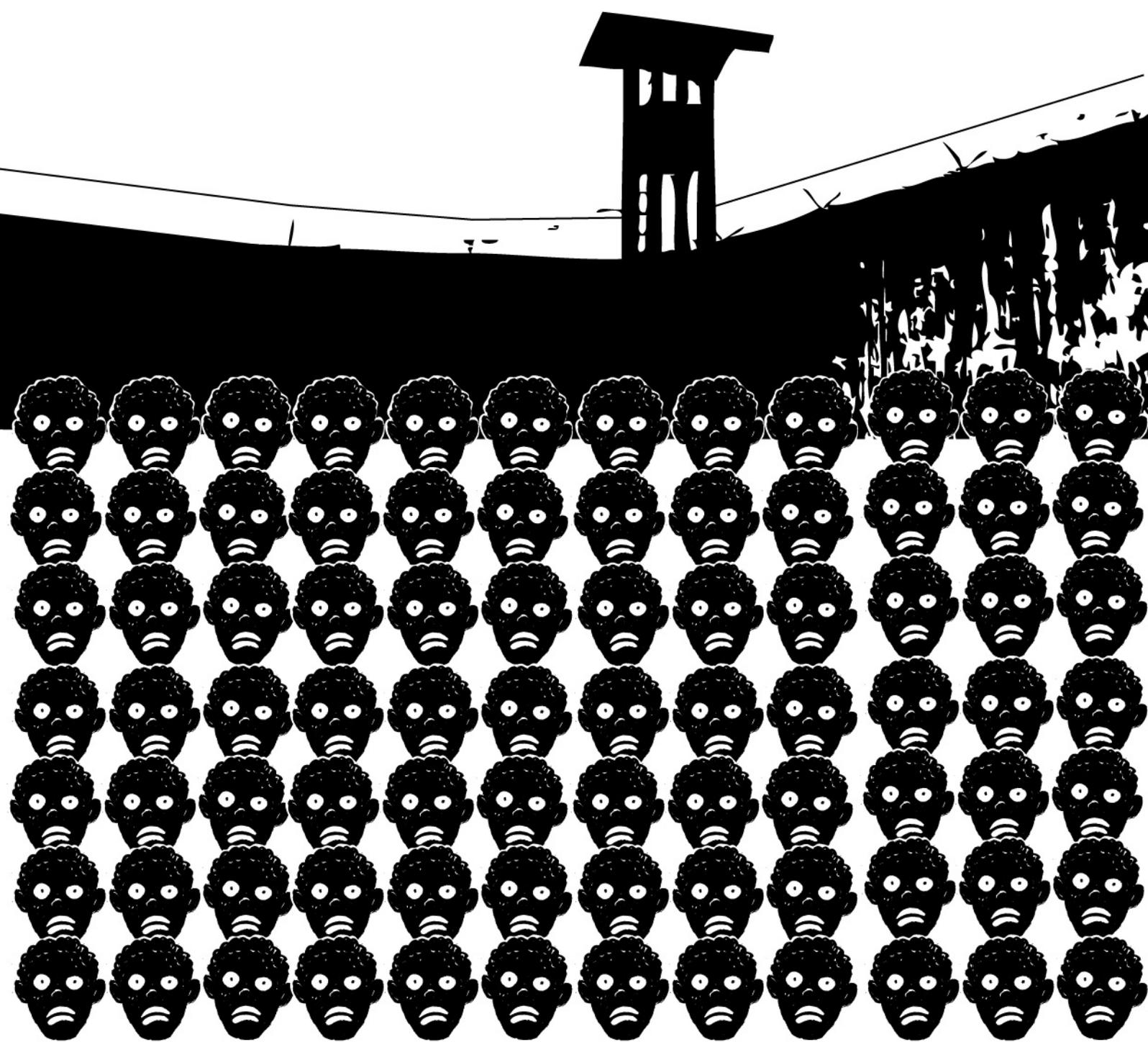
Na cobertura feita sobre a chamada crise do sistema carcerário, a Folha de S. Paulo focou na manutenção da versão oficial e cristalizada na opinião pública, de que esses sujeitos, em sua ampla maioria negros, são violentos. O veículo de comunicação optou por apresentar essa versão como hegemônica mesmo diante da realidade e de outros fatores aqui descritos como fundamentais para a compreensão do sistema carcerário no país.

Outra reflexão importante se refere aos detentos. Em Alcaçuz, eles aparecem 402 vezes, em Roraima, 107, e Manaus 305. Os detentos, principais atores de todo o processo de rebelião, são ouvidos 21 vezes em Manaus, 7 em Roraima e 11 em Alcaçuz.

Esse é mais um ponto que dificulta a compreensão do caso. Para além da visão oficial do que ocorreu em Alcaçuz, por exemplo, seria muito rico conhecer de maneira mínima a visão de quem estava diretamente envolvido com o caso, ou entender a perspectiva de algum ex-detento desses presídios que pudesse explicar os tensionamentos lá existentes.



Em Manaus, a palavra
“negro” foi utilizada
UMA VEZ, em Roraima e
Alcaçuz, **NENHUMA VEZ**



- Apontamentos
e considerações
finais

Os comentários feitos à cobertura merecem algumas ressalvas.

A primeira se refere à presença massiva de fontes oficiais e à ausência das disruptivas. As pautas “quentes”, como são descritas dentro do jargão da profissão, exigem agilidade e as fontes oficiais costumam se apresentar ao jornalista de maneira mais fácil.

As fontes oficiais também colaboram de maneira direta com o levantamento e a checagem de informações, fatores importantes para esse momento da cobertura.

A ressalva, porém, em nada anula as constatações aqui apresentadas, por se tratar de uma cobertura completa e composta por dezenas de matérias. As fontes disruptivas teriam dado outro tom, mais amplo e democrático, à cobertura.

Vale destacar também que as críticas postas não são diretas aos jornalistas da Folha de S. Paulo. Eles e elas são responsáveis por escrever e publicar as matérias que estão presentes no site do veículo de mídia, mas é preciso levar em consideração o sucateamento das relações trabalhistas na área, a maior pressão sobre esses profissionais, cobrados a escrever uma quantidade elevada de notícias por dia.

Marcas que novamente em nada desqualificam o levantamento feito e a pesquisa desenvolvida.

- Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

- . ABRAMO, Perseu. “Os Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. 2003.
- . BARDWIN, Laurence. “Análise de Conteúdo”. 2001
- . BOWER, Joseph L. e CHRISTENSEN, Clayton M. “Disruptive Technologies: Catching the Wave”. Harvard Business Review, January–February 1995 Issue. jan./fev. 1995. Disponível em: <<https://hbr.org/1995/01/disruptive-technologies-catching-the-wave>>. Acesso em: novembro. 2017.
- . CHOMSKY, Noam. Manufacturing Consent. 1994.
- . FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2003
- . GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.
- . LAJE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 2001.
- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). 2014.
- . LIPPMANN, Walter. Opinião Pública. 2010.
- Manual de Redação da Folha de S. Paulo. 1996.
- . MOURA, Clóvis. “Dialética Radical do Brasil Negro”. 2014
- . MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.
- . OLIVEIRA, Dennis de. “Jornalismo e Emancipação uma prática jornalística baseada em Paulo Freire”. 2017.